

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Uma notícia do Jornal de Notícias dá conta do preocupante cenário concernente à pesca ilegal de sardinhas.

A pesca da sardinha está interdita desde o final de setembro, mas esta proibição não tem travado o mercado ilegal, em exponencial crescimento, como salientam os ambientalistas.

De acordo com o Jornal de Notícias, nos últimos três meses foram apreendidas mais de oito toneladas de sardinha ilegal, na lota de Matosinhos. No mercado negro, esta quantidade de peixe tem um valor aproximado de 50 mil euros.

Os pescadores enfatizam o facto de existirem várias embarcações espanholas que vêm pescar de forma ilegal em águas nacionais. Há também quem afirme que as capturas são feitas por pescadores portugueses.

A GNR reconhece a dificuldade de chegar aos responsáveis por este negócio ilegal da pesca. A proibição de pescar a espécie está em vigor desde 28 de setembro de 2018 e é justificada com a diminuição de stocks. Em 1993, havia 966 mil toneladas de sardinha nas águas nacionais. Em 2017, o número baixou para as 175 mil toneladas - uma diminuição de 82%. Para compensar a proibição da pesca e a conseqüente perda de rendimento, cada pescador recebe um apoio de 1.920 euros. Ainda assim, há quem opte por furar o bloqueio. Em declarações ao Jornal de Notícias, Rita Sá, bióloga marinha da Associação Natureza Portugal, avisa que estes pescadores mais não estão a fazer que "a matar a galinha dos ovos de ouro".

Atendendo ao supra exposto, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem o signatário, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar as seguintes informações ao Ministro do Mar:

- 1- Temo Ministério conhecimento desta conjuntura?
- 2- Se sim, que diligências estão a ser adoptadas para contrariar o cenário supra exposto?

3- Se não, que medidas equaciona o Ministério desenvolver para fazer face a este grave problema ?

Palácio de São Bento, 4 de fevereiro de 2019

Deputado(a)s

ANDRÉ SILVA(PAN)